

Cotas. Para quem?

Escrito por Jefferson Cabral
Qua, 07 de Julho de 2004 21:00

No atual momento em que a principal pauta de discussão do Ministério da Educação, é a Reforma Universitária e como grande vedete desta é a ampliação do sistema de cotas para as instituições particulares de ensino superior privada, devemos como observadores atentos deste debate, atentarmos para algumas questões centrais na busca de um melhor entendimento de tudo que envolve esta questão.

Primeiramente tem-se que entender o que se define como política de governo e política de estado, parece-me um certo equívoco querer tratar uma questão tão delicada e complexa como a educação no Brasil com tanta simplicidade no *"modus operandi"* de sua aplicação.

Entendemos que a questão educacional em qualquer país que tenha como meta usar a educação como alavanca do desenvolvimento nacional, não pode perder de vista que este é um projeto de longo prazo, não suportando as variáveis existentes em uma política de governo, portanto, a partir do momento que nossos homens públicos alcançarem, que muito mais que uma política de governo, precisamos de uma política de estado que sobreviva e resista às alternâncias e mudanças de governo, teremos aí sim uma boa parte do caminho andado na direção correta.

O problema educacional que enfrentamos, vai muito além de uma simples definição de cotas no ensino superior, porque não, olharmos para um tempo em que nossos pais tinham orgulho de terem estudado o seu ensino primário e ginásio - hoje os dois chamados de ensino fundamental - em escolas públicas de excelente qualidade e com professores extremamente qualificados, bons tempos que ficaram para trás e que sucumbiu a várias políticas, aí sim de "governo", que sucatearam este ensino público e lançaram seus profissionais na rua do abandono, tantos foram os desmandos e falta de investimentos na atualização das instalações e qualificação contínua dos professores.

Fazendo esta pequena reflexão observamos que se trata sim, de antes fazermos nosso "dever de casa" e enxergamos que a situação considerada hoje discriminatória e que impede - segundo seus arautos - o acesso de negros e indígenas ao ensino superior, tem que antes ser preparada em um ensino fundamental motivo de orgulho, como o foi para nossos pais, pois quando o assim fizermos estaremos dando condições dignas para aqueles que não precisam de uma política de governo assistencialista, mas de uma política de estado que os valorize como cidadãos que o são desde o seu nascimento, provendo a partir daí uma educação que lhes sinalize e demonstre que são tão talentosos e capazes, como quaisquer outras raças.